NOTA TÉCNICA¹

Regulamentação de Streamings: retrocesso para consumidores e diminuição da inovação

NT 08/2025

Projeto: PL 2331/2022 (Câmara dos Deputados)

Autor: Nelsinho Trad - PSD/MS

ANÁLISE PRELIMINAR

O [Projeto de Lei nº 2331/2022](#) de autoria do Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) propõe regulamentar as plataformas estrangeiras de vídeo sob demanda (streamings) como Netflix, Prime Vídeo, Disney Plus e HBO Max, impondo **taxas anuais, regras rígidas e cotas** para produções brasileiras.

O substitutivo da Comissão de Cultura da Câmara aumenta as exigências do projeto inicial, criando uma nova Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (Condecine) com alíquota **escalonada de até 6% da receita bruta** anual, impondo cotas rígidas de conteúdo brasileiro - incluindo obras independentes - nos catálogos, e atribuindo à ANCINE poderes de credenciamento, fiscalização e punição, que vão desde multas até o cancelamento das atividades das plataformas.

Apesar de invocar princípios de diversidade cultural e estímulo à produção nacional, o projeto é uma **intervenção estatal desproporcional**, que desrespeita os princípios constitucionais da livre iniciativa e da liberdade econômica. Seus efeitos práticos serão o **aumento no preço** final dos serviços, **limitação da autonomia** empresarial e **enfraquecimento da diversidade** de modelos de negócios e preferências culturais dos consumidores.

A [Constituição Federal](#), no artigo 170, dispõe os princípios que regem a ordem econômica do Brasil, com destaque para a livre concorrência e a liberdade de iniciativa. Esses asseguram à iniciativa privada o direito de competir livremente no mercado, oferecendo bens e serviços conforme a demanda e as preferências dos consumidores.

Contudo, o projeto na Câmara **ferre frontalmente esse espírito** ao interferir diretamente na política editorial das plataformas de streaming. O texto define o tipo de obra que será considerada nacional e impõe uma janela obrigatória de 9 (nove) semanas entre exibições no cinema e a disponibilização digital. A proposta também **cria um limite mínimo de episódios e durações** para séries, outra interferência na produção de conteúdos audiovisuais e na liberdade artística.

AUMENTO DE PREÇO DIMINUI O ACESSO: Consumidores pagarão a conta pela taxaço

O substitutivo prevê que os streamings e plataformas de vídeo sob demanda paguem uma nova Condecine com alíquota escalonada que pode chegar a 6% da receita bruta anual. Parte dos valores arrecadados seria destinada obrigatoriamente a produtoras independentes de determinadas regiões: **30% para o Norte, Nordeste e Centro-Oeste**, e **20% para Sul, Minas Gerais e Espírito Santo**.

Na prática, a nova taxaço se soma à [tributação já existente](#), como o Imposto Sobre Serviços (ISS), representando um **aumento importante nos**

EMPECILHOS À ATIVIDADE ARTÍSTICA: Intervencionismo na produção audiovisual

¹ O Livres **não interfere na estratégia política de líderes certificados**. A Nota Técnica analisa projetos em tramitação sob o prisma de valores liberais e das boas práticas de política pública.

custos operacionais das plataformas, que inevitavelmente será **repassado aos consumidores**.

Assim como ocorreu com a “Taxa das Blusinhas”, medidas como essa acabam por **restringir a oferta** de produtos e serviços, punindo especialmente os usuários de menor renda. Nesse caso, inibir a oferta significa também diminuir o acesso à cultura para os consumidores.

IMPOSIÇÃO DE COTA: Limitação da pluralidade e redução da inovação artística

Ao obrigar as empresas a cumprir uma cota de conteúdo nacional, podendo chegar a 700 títulos obrigatórios, o projeto de lei **limita a autonomia** desses empreendimentos de decidir sua grade de programação com base na análise de mercado e preferências dos consumidores.

Essa política interfere até mesmo na segmentação estratégica: ao obrigar que parte do catálogo e do investimento se volte a produções brasileiras, plataformas que hoje focam em **nichos** - como infantil, documentário, anime ou produções do leste europeu - terão sua **atuação limitada**.

Além disso, a lógica das cotas adotada pelo projeto pode **frear a criatividade artística e a inovação**. Para que uma obra seja contabilizada como válida para cumprimento das cotas, o projeto estabelece critérios engessados: 2/3 da equipe técnica e artistas envolvidos na produção precisam ter nacionalidade brasileira, séries precisam ter o mínimo de quatro episódios e 45 minutos de duração (ou 20 minutos no caso de animação). Na prática, essa legislação prejudica a integração internacional da produção brasileira, inibe o intercâmbio de experiências, desestimula a diversidade de formatos e impõe uma lógica burocrática à curadoria editorial das plataformas.

Vale destacar que hoje, sem obrigação legal de cota, há significativo e crescente volume de obras feitas no Brasil, com artistas, locações e temas nacionais nos catálogos das plataformas. Produções como [Pedaço de Mim](#) (Netflix) e [Beleza Fatal](#) (HBO Max) têm grande sucesso global. Ainda que não sejam formalmente reconhecidas como “conteúdo brasileiro” ou “independente” segundo os critérios do projeto de lei, elas fomentam **a valorização do audiovisual nacional no ambiente competitivo** e inovador.

A concorrência entre plataformas também promove diversidade de formatos e catálogos. Enquanto a Globoplay, de origem nacional, trabalha com cerca de [28,3%](#) de produções brasileiras, a Box Brazil Play alcança índices superiores a [80%](#). Esses percentuais decorrem de escolhas estratégicas próprias, não de imposição legal, indicando que o mercado tem espaço tanto para plataformas altamente nacionalizadas quanto para serviços e conteúdos internacionalizados.

CONCLUSÃO E RECOMENDAÇÕES

O PL 2331/2022 representa um retrocesso para o ambiente de inovação, consumo, liberdade econômica e produção artística no Brasil. O texto impõe exigências desproporcionais às plataformas de streaming, desconsiderando as preferências do público, ignorando a diversidade e interferindo indevidamente na administração desses serviços.

Diante disso, recomendamos a **rejeição total do texto** por seu impacto negativo na atividade empresarial, na inovação artística, na difusão de modelos diversos de negócios e, sobretudo, na **liberdade de escolha** dos usuários.

CONTRIBUIÇÕES DE

Matheus Rocha

Analista de Relações Governamentais do Livres